

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

ASPECTOS SOBRE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELO SUJEITO ESTIGMATIZADO  
COMO "LOUCO"

Ana Paula Casassola Gonçalves (UFF)

## **“Aspectos sobre apropriação do espaço urbano pelo sujeito estigmatizado como louco”**

### **1. Resumo**

A construção do conceito de loucura faz parte de um processo de controle do sujeito que vai além das instituições e se engendra tanto nas relações sociais como no domínio do próprio corpo. Essa domesticação do indivíduo também fez parte dos parâmetros de desenho do espaço urbano em vários momentos históricos. O conceito de micropolítica se torna fundamental constituindo uma escala mais adequada de análise entrando no âmbito da dominação do corpo e nas relações específicas do sujeito estigmatizado como louco e seu espaço. Palavras-chave: antropologia urbana, sociologia urbana, micropolítica, urbanismo.

## **2. Introdução**

O presente trabalho pretende explorar alguns aspectos da relação entre espaço urbano e doença mental que não são levados em consideração na maioria dos trabalhos acadêmicos que têm uma análise na dimensão urbana.

Partimos do princípio que o sujeito tido como “doente mental” ou “louco” também é um ator urbano e merece atenção no que se refere à construção do direito à cidade em sua acepção mais ampla.

Nosso objetivo é que existem determinados aspectos dentro do campo do simbólico, das relações de dominação e subordinação que devem ser considerados na análise do urbano e trabalhar com esse grupo de excluídos que são os estigmatizados como louco, nos impulsiona a fazer isso.

## **3. O Domínio do Corpo e o Espaço**

A evolução da história da loucura e das formas de tratamento da mesma teve relação com toda uma questão do domínio do corpo e de seu espaço, sem usar de armas nem do terror, e no entanto continuar ser de ordem física.

É dentro desse sentido que se fundamenta o conceito de Panoptismo tão debatido por esse mesmo autor, e que vem sendo utilizado para as análises, de outros autores, sobre a relação do espaço com o poder.

Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988), no século XVIII os movimentos migratórios campo-cidade na Europa contextualizaram o surgimento da idéia de afirmar na urbe o poder do Estado. Elaborou-se um conceito ideal de ordem que preconizava ter cada canto vigiado e sob controle.

O espaço da arquitetura Panóptica além de organizar o espaço para a VIGÍLIA, classifica, hierarquiza e quando necessário elimina da sociabilidade o Sujeito “inapto” ao trabalho, “inapto” a sujeição. No conceito desse espaço, introduz-se a grande questão das relações de exploração para a Era Moderna: o Sujeito é domesticado sem ver quem o realiza, o que significa dizer que há a perda da consciência sobre os agentes do processo na medida em que ocorre uma institucionalização do mesmo e, por conseguinte, uma “naturalização” ideológica dos lugares a serem ocupados pelos Sujeitos estranhos ao Sistema de Produção.

“O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural da composição disciplinar. O princípio é conhecido como algo da seguinte forma: na periferia uma construção em

anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (...) A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada”(FOULCAULT, 1995, p.177)

Ainda para Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988), a arquitetura panóptica foi um protótipo de todas as propostas da arquitetura e do urbanismo que pelos séculos XIX e XX consubstanciaram a modernidade. Arquitetos desenharam fábricas panópticas bem de acordo com as idéias de Taylor e também projetaram e realizaram soluções habitacionais para operários onde todos deviam ver o que faziam, tudo isso com o discurso da ressocialização didática. Como exemplo pode ser citado o familistério de Guise que poderia produzir uma grande liberação entre pessoas, possibilitando-lhes uma nova moral ou poderia ser usado para impor formas de disciplina e pressão quase insuportáveis sobre um grupo de indivíduos.

Segundo Jurandir Freire da Costa (1989), o domínio do corpo e controle moral e espacial sobre os sujeitos tem raízes, no caso brasileiro, no próprio controle de ordenamento das cidades a partir do século XVIII e na política sanitária implantada desde então. A partir de então a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária administrando antigas táticas de submissão, formulando novos conceitos científicos e transformando uns e outros em táticas de intervenção.

A questão da falta de salubridade foi usada como retórica para o ordenamento do espaço urbano e o controle da família. Tudo isso sempre com o apoio do Estado. Nas teorias higienistas da época o espaço urbano estava intimamente associado com a propagação das doenças (teoria dos “miasmas”).

A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria. O que significa dizer que a normalização médica da família brasileira operou-se tanto em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano como com a formação do Estado Nacional.

Como exemplo da urbanização conduzida pelo Estado abatendo-se sobre a família, COSTA (1989) cita a lei das aposentadorias e a abolição das rótulas e gelosias das casas. No primeiro caso, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para suas estadias em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais, etc. No segundo caso, as rótulas e gelosias além de serem considerados de barbárie por serem do mundo árabe, permitiam que quem estivesse dentro da casa visse sem ser visto, o que foi considerado prejudicial pela questão de proteção da corte.

Ainda sobre essa questão, deve-se ressaltar que a associação da fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro esteve associada à elaboração o Código de Posturas Municipais da mesma cidade, que regia o ordenamento das ruas e a constituição das fachadas.

Vários hábitos familiares foram transformados na passagem do período colonial para o Império, assim como a própria planta da casa brasileira sofreu transformações, com esse intuito de domínio maior sobre os indivíduos, sempre com uma retórica higienista por trás. Como exemplo disso, pode ser mencionado que a família colonial possuía muitos agregados, e a partir do sanitarismo houve a construção de um sentido maior de intimidade. Acentuando este sentido, observa-se que o higienismo esteve relacionado com o afastamento do escravo do convívio familiar, e com a eliminação de agregados.

O papel da mulher também mudou de forma substancial, juntamente com a disposição e as condições de salubridade das casas. A mulher do período colonial é reclusa, e quase nunca sai de casa. Estas casas, por sua vez, possuíam muitas alcovas mal iluminadas e pequenas para o número de pessoas que as freqüentavam. A política sanitaria construiu um discurso de proteção da saúde da mulher para que as habitações fossem transformadas, e, ao mesmo tempo, forneceu elementos retóricos para que a saída para a cidade fosse estimulada, porém com um certo controle.

Além disso, surgiram leis para regular o vestuário considerado adequado ao uso e às ocasiões, deixando implícita uma forma sadia de vestir. A nudez, tão comum no período colonial, entre escravos e indígenas, foi cada vez mais se identificando com indecência e com maus modos.

A higiene passou a oferecer-se como emblema de diferenciação social. Os médicos assumiram esse papel de determinar o que era sadio ou não, confundido o conceito de saúde com o conceito de moral. E este papel teve uma influência decisiva no espaço urbano, no espaço arquitetônico e no tipo de “ordem “ que é tentado impor nas cidades.

“A família perdeu sua timidez, rompeu a couraça e abriu-se ao convívio com os estranhos. (...) No entanto a medicina social deu-se conta, logo em seguida, que essa porosidade tinha que ser bem dosada. A família incontinentemente exposta à rua diluía o que se buscava concentrar: a intimidade”(COSTA, 1989, p.133)

Havia uma maneira saudável e correta de participar dos encontros burgueses:

“Os médicos ao criarem a nova maldade do mundo buscavam convencer a família de que só eles conheciam a maneira sadia de penetrar seus caminhos. O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo”(Ibidem, p.136)

Com a mudança da casa, o aumento das aberturas, da ventilação, aumento dos espaços, o controle moral sobre os indivíduos tornou-se mais intenso e violento.

Diante da possibilidade difundida pelos médicos de toda atividade humana ser quase potencialmente mórbida, construiu-se uma ambigüidade sobre o que poderia ser considerado ou não higiênico. Surgiu um controle maior do psiquismo, das “paixões”.

Finalmente, os higienistas falavam de humanidade, dando uma dupla conotação ao termo: o de espécie biológica, a raça; e de organização política, o Estado. O que significou uma “estatização” dos indivíduos.

Nas teorias higienistas havia uma idéia presente de um caminho de “civilização”. O que se declarava era o desejo de se fazer a civilização européia nos trópicos. Segundo Sidney Chaloub (1996), os sanitaristas erigiam as condições de higiene pública como elemento definidor do grau de civilização de um povo. Implicitamente estava uma crença da possibilidade de gestão científica da sociedade: “Os higienistas se fechavam numa lógica ferrenha, totalmente baseada em procedimentos autoconfirmadores”(CHALOUB , 1996, p.44)

Na medida em que havia dois principais paradigmas médicos sobre causa e propagação da doença – o contágio e a infecção e uma dificuldade em determinar com precisão as origens dos “miasmas” entendidos como sinal de infecção, os infeccionistas usaram esses aspectos de justificativa para colocar todo ambiente e as classes pobres (tidas como “classes perigosas”) sob suspeição e constante inspeção.

Assim como para COSTA (1989), também para CHALOUB (1996), o sanitarismo foi usado de discurso para legitimar o controle sobre o espaço e o controle social.

Como exemplo dessa questão, o cortiço Cabeça de Porco assim como outros cortiços do centro do Rio, era tido pelas autoridades da época como “lugar de desordeiros” e sua demolição foi justificada por um misto de preceitos moralistas com razões de saúde pública.

“A moral da história do Jornal do Brasil é que Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos “novos tempos”, e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele “mundo de imundice”(Ibdem, p.19)

Foi construído o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à saúde principalmente quando administradores começaram a notar a existência de cortiços por volta de 1850 paralelamente ao surgimento de epidemias.

Ainda segundo essa autora, as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Entretanto, do nosso ponto de vista, se por um lado, havia uma questão de saúde pública e de salubridade nas cidades, por outro lado a crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, norteou uma condução que a autora chama de “não-política”. Não concordamos com essa expressão na medida em que as teorias higienistas resultaram em práticas

intervencionistas autoritárias e a imposição de qualquer ordem em qualquer nível social pressupõe a construção de uma ideologia e o exercício de uma política. Consideramos essa autora contraditória ao afirmar que todo esse processo foi “apolítico” mas que ao mesmo tempo resultou na inibição do exercício da cidadania e por afirmar a citação abaixo:

“Rompidas as estruturas institucionais e ideológicas que sustentavam a prerrogativa senhorial de, em última análise, acorrentar o trabalhador ao processo de produção, havia a tensão da necessidade de construção de uma outra teia de sujeição do produtor direto”(Ibidem, p.175)

O sanitarismo independentemente de apresentar um discurso aparentemente “apolítico” substituiu os arquétipos tradicionais de controle social e de controle do espaço urbano naquele período.

Assim é que, a idéia da doença e da saúde desenvolve-se intimamente associada ao espaço e às suas representações. Dentro destas questões, há que se recuperar o sentido da “loucura” em como chega até nós, e suas relações com esta ordem espacial

#### **4. O louco como “estranho” estigmatizado**

A postura assumida por nós com relação ao conceito de loucura não levará em consideração o quadro clínico psiquiátrico do doente mental. E sim sua aproximação com o que José de Souza Martins (1993) chama de “estranho” dentro das ciências sociais. Esta abordagem é importante, na medida em que pode ajudar a fundamentar a inserção do “louco” numa ordem espacial, especialmente nas relações que se desenvolvem na dimensão sócio – espacial, e que serão exploradas mais adiante.

Os sociólogos ainda não tratam com a devida importância a questão do “desencontro”: “que se expressa na importância social (e sociológica) que em nossa sociedade e em nossa cultura tem o estranho.

Segundo Martins, o estranho, é “em princípio, o que vem “de fora”, o que pertence a outro mundo social, diverso daqueles do que sofrem o seu impacto e vivem a sua presença intrusa e incômoda.”(MARTINS, 1993, p.11)

“Há porém uma porém riqueza sociológica na orientação e na situação opostas - a do desencontro, da estranheza, da resistência - na persistente e, por ora, renovada experiência do aparentemente perdedor e derrotado. Eles nos falam de maneira densa sobre características e processos particulares desta sociedade. Uma sociologia do estranho e do estranhamento é um reclamo natural de uma sociedade

de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários que, em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e da cidadania. A nossa sociabilidade dominante é demarcada e bloqueada por enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como outro, isto é, diferente, e igual” (MARTINS, 1993, p.11)

Martins deixa implícito que para a construção do conceito de “estranho” é necessária a (des)construção do não-estranho. Uma visão sobre a loucura sob esse viés pressupõe não apenas uma discussão sobre referencial da não loucura como do conceito da relação do louco com o não louco e vice-versa.

O louco é um estranho estigmatizado. Segundo Erving Goffman (1982) o estigma é a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena. Para os gregos, estigma se referia a sinais corporais, e o portador era escravo, criminoso ou traidor. Ainda segundo o mesmo autor, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas, e quando a pessoa tem algo de diferente que não se encaixa numa categoria surge o estigma.

Se por um lado o estigma surge da relação, ou melhor, do encontro do sujeito estigmatizado com o não-estigmatizado, a construção do estigma acarreta omissões do sujeito do ponto de vista da identidade. Isso quer dizer que o estigma “fala mais alto” que as outras prováveis características daquele indivíduo. No que se refere principalmente à questão do preconceito, tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original. GOFFMAN ressalta que outro sinal de preconceito é a atribuição de aspecto “sobrenatural” ao estigmatizado, como se ele percebesse o mundo de forma diferente do não-estigmatizado.

Para aquele mesmo autor, na relação do estigmatizado com o não-estigmatizado há a possibilidade da construção de dois tipos de estigmatizado: o “desacreditado e o desacreditável”. O primeiro se refere ao estigmatizado que possui visualmente em seu corpo os sinais do seu estigma, como um deficiente físico por exemplo. O segundo se refere àquele que tem a possibilidade de esconder o seu estigma, como uma prostituta.

No encontro do estigmatizado com o não-estigmatizado ocorre uma troca de olhares onde ambos são atores e observadores. Quando esse encontro se passa no espaço público faz parte de um processo de ritual.

Portanto, nos conceitos do “outro” e do “outro estigmatizado”, são as relações que na verdade os configuram. Por outro lado, surge, como fator importante, o espaço para esse “encontro/desencontro”.

A visibilidade é um fator importante nesse mesmo processo. A mesma visibilidade que Isaac Joseph (2000) comenta como uma co-presença mútua de trocas recíprocas que refletem toda a paleta convencional de acordos e de arranjos ou de repulsas e reservas inerentes à organização dos usos do espaço público. Tudo isso está relacionado com apropriação do espaço.

Há uma linguagem da rua, linguagem corporal dirigida àquele com quem apenas se cruza.



Esse aspecto será melhor estudado mais adiante, quando tratarmos mais especificamente do espaço. Queremos nesse momento ressaltar que essa linguagem corporal faz parte do tipo de relação que se estabelece entre dois estranhos, estigmatizados ou não, e que se insere no conceito de loucura por nós abordado.

“Não existe interação na qual os participantes não corram o risco de se ver ligeiramente embaraçados, ou ao contrário, o leve risco de se ver seriamente humilhados”(JOSEPH, 2000, p.45)

E ainda,

“É quando os normais e os estigmatizados se vêem materialmente em presença uns dos outros, sobretudo quando se esforçam para manter conjuntamente uma conversação, que se produz uma das cenas primitivas da sociologia, pois geralmente é nesse momento que ambas as partes têm de enfrentar diretamente as causas e os efeitos do estigma”(GOFFMAN, 1982, p.25)

O encontro com as causas e os efeitos do estigma faz parte do processo de estranhamento proposto por José de Souza Martins e tem ligação com uma certa “teatralidade” das relações sociais pois ambos, personagens e atores, estigmatizados e não estigmatizados, estão desempenhando papéis dentro da relação social.

Para JOSEPH (2000) existe um conceito importante chamado “noção de quadro” onde se organiza um modelo teatral da relação ator-espectador através do qual disposições cognitivas se manifestam na linguagem e no espaço onde as condições de visibilidade e de possibilidade de observação são variáveis.

A linguagem corporal interfere nesse ritual na medida em que são fatos cênicos, e constroem e distinguem, no ambiente dos participantes e com seu concurso, atividades que são acessíveis e outras que não o são. O que quer dizer que dentro do espaço publico existe um processo de ritualização, expresso pelo encontro dos sujeitos através do qual também são expressas mensagens de poder, sobre o que é concedido, permitido, autorizado ou não.

Os diferentes espaços, por sua vez, possuem diferentes fronteiras e limiares de acessibilidade pelos quais se distribuem territórios. Dentro desses territórios e através dos ritos de aceitação e não aceitação das atividades e das relações sociais de um modo geral, existe tanto a possibilidade da reprodução de uma ordem como a possibilidade de irromper a mesma.

“Nossas atividades, precisamente por serem públicas, inscrevem-se assim num meio constantemente parasitado por iniciativas não-autorizadas e desenvolvem-se na ambigüidade ou na superposição dos territórios”(JOSEPH, 2000, p.56)

O mesmo autor coloca a seguinte questão: como se sustenta ou se confirma uma ordem?

“Qual o princípio da cooperação que convém e a que formas de acordo com aqueles cujas condutas, intenções e palavras desarranjam não apenas a ordem pública dos usos, mas também o caráter público da própria linguagem?”(ibid, p.69)

## 5. Espaço público, sujeito e subjetividade

Baseando-se na definição de Micropolítica Molar e Molecular de Felix Guattari (1986), existe uma importância fundamental na construção da relação entre Subjetividade e Espaço, para a compreensão das relações de dominação-subordinação, na medida em que permite que se discuta como o espaço está sendo apreendido, processado, e por conseguinte transformado ou não pelo mesmo Sujeito.

“A análise micropolítica se situaria exatamente no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática. É claro que os modos não são apenas dois: sempre haverá uma multiplicidade, pois não existe uma subjetividade de um lado e, do outro, a realidade social material. Sempre haverá “n” processos de subjetivação, que flutuam constantemente segundo os dados, segundo a composição dos agenciamentos, segundo os momentos que vão e vêm. E é nesses agenciamentos que convém apreciar o que são as articulações entre os diferentes níveis de subjetivação e os diferentes níveis de relação de forças molares”(GUATTARI, 1986, 132)

O Global (Molar) pode se instaurar no micro. E nesse sentido existe um paradoxo fundamental: o fato de que, às vezes, é no seio das relações de trabalho de maior grau de exploração e submissão, que são preservadas algumas microdimensões, frequentemente insignificantes, de coeficiente de liberdade e de desejo. Devido a essa questão, Guattari defende que os processos de singularização não podem ser afetados especificamente nem num nível macrossocial, nem num nível microssocial, nem tampouco num nível individual.

“Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde eles emergem”(GUATTARI, 1986,130)

Nessa questão referente às possibilidades de Liberdade e de Desejo, é que se estabelece a relação entre Espaço e Subjetividade. Essa dimensão intermedia várias outras, e necessita de uma outra forma de abordagem que não se restringe ao Racionalismo, que tem sido sempre estipulado por qualquer proposta urbana. As justificativas Racionalistas, delimitadoras de definições tão usuais como “função” e “forma”, por mais que associadas às “funções econômicas”, “funções políticas”, etc, não são suficientes para explicar a realidade de todas as relações que constituem a cidade, por mais que façam parte da mesma. Quando o Movimento dos Situacionistas da década de 60 propõe a constituição de uma outra cartografia, é exatamente a isso que se refere: a tentativa de construção de uma cartografia que ultrapassa os limites físicos, as separações entre forma, função e Sujeito e, por conseguinte, Subjetividade.

A omissão do ponto de vista do Sujeito e da Subjetividade no entendimento do espaço pode adquirir uma dimensão ideológica mascaradora de relações de subordinação-dominação. Gilberto Velho (1973) define uma relação entre Ideologia, Imagem e Sociedade para pesquisar as “subterritorialidades”. Através do “mapa social” dessas “subterritorialidades”, o autor coloca que pode-se

“verificar que existe um modelo consciente de uma imagem da sociedade comum ao universo pesquisado. Essa sociedade é, para essas pessoas, constituída por estratos que têm como uma de suas definições essenciais a sua distribuição espacial que vai ser fundamental para definir status dos indivíduos, atribuindo-lhes mais ou menos vantagens ou privilégios que são, basicamente, as oportunidades de acesso a determinados padrões materiais e não materiais. Os estratos têm limites claros que se definem espacialmente”(VELHO, 1973, 81-82)<sup>5</sup>

Esses limites definidos espacialmente, e que correspondem a uma Ideologia, constituem parte da Subjetividade que se tem da apreensão do Urbano.

Ainda nesse sentido apontado por Gilberto Velho, em que na posição da maioria dos moradores por ele pesquisados, existia oposição natural entre o cotidiano e a política, o conceito de ideologia é controverso:

“Implica aceitação de que determinada atitude ideológica corresponda às necessidades “reais” de um determinado grupo social. Outras atitudes ideológicas corresponderiam, em maior ou menor grau, a distorções ou alienações. A definição de “real” seria, portanto, extremamente limitada, a medida que estabelece uma dicotomia entre “realidade objetiva” e ideologia, levando, por conseguinte a que esta tenha um caráter reflexo e fantasmagórico.”(VELHO, 1973, 93).

A separação entre real e realidade objetiva, da forma como foi colocada por Gilberto Velho, se relaciona às diversas separações que são realizadas para o estudo do Urbano, e que Henri Lefèbvre (1991) responsabiliza às Ciências Parcelares:

“Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; esta ideologia que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública (dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico)”(LEFÈBVRE, 1991, 38-43)

Essas dissociações que possuem origem no próprio Racionalismo foram salientadas com a

massificação da produção a partir da década de 50. No Pós II Guerra Mundial houve uma ênfase na reprodução dos gestos e atos homogêneos. As novidades são parâmetros condicionados às exigências de uma sociedade que vincula uma produção subordinada ao consumo. Passou a existir uma intensificação do “gerenciamento” da subjetividade; atividades que se realizam sem o prazer da autenticidade.

“A equivalência é coisificadora das relações sociais, concede igualdade às coisas que trocam “coisas” e é fundamental para a prosperidade do Capitalismo. Mas essa igualdade é uma abstração, uma imagem manipulada que obscurece a realidade, mas não destrói as contradições que engendra. Ou seja, as mediações que permitem aos homens querer ser iguais e acreditarem que são iguais (...)” (MARTINS, 1996, 78)

Há um condicionamento para a não aceitação do Estranho, do Sujeito Estranho e uma colocação do vir-a-ser humano numa perspectiva linear; a certeza de uma orientação.

“Vivemos submetidos pelo medo do castigo, da repressão da marginalização. A sociedade espera que cada um corresponda a um dado padrão de normalidade para não ser excluído do convívio cotidiano” (MARTINS, 1996,105)

O Sistema condiciona as pessoas a não estarem preparadas para o inusitado, a dúvida, a surpresa. Não sabemos lidar com a alteridade. “Os indivíduos seguem por certos padrões de conduta a partir dos quais esperam certas respostas” (MARTINS, 1996, 108).

O paradigma da massificação da produção, impôs uma suposição de que todos devem ser iguais. Isso resultou numa ideologia sobre democracia e sobre como lidar com o ESPAÇO PÚBLICO.

Esse aspecto vem de retorno com a questão da visão do espaço público “harmonizado” na medida em que pressupõe como imprescindível que o “público” vem de uma essência comum humana. A visão de heterogeneidade só aparece como fundamental ao espaço público se ocorrer de acordo com a existência de uma representatividade de comunidades e que é associada aos conceitos de homogeneidade e unanimidade. Neste sentido, salienta a noção de espaço público harmônico, o que não expressa os conflitos. Esse conceito de Espaço Público harmonizado não considera o “estranhamento” proposto por José de Souza Martins, e, de certa forma, exclui a possibilidade do Sujeito. Ou ainda, dentro do ponto de vista Foucaultiano, essa concepção de Espaço Público pressupõe Sujeitos Dóceis, domesticados.

Há a necessidade de se fazer uma revisão metodológica sobre os limites da utilização das ciências parcelares no sentido proposto por Henri Lefèbre na análise do urbano. Aquelas trazem

indicações indispensáveis

“no entanto, o que é que reúne todos esses dados? Um projeto, por outras palavras, uma estratégia (...) É a cidade essa soma de indícios e de indagações, de variáveis e de parâmetros, de conclusões, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias porque fragmentantes?”(LEFÈBVRE,1991 ,33)

Dentro dessa revisão conceitual de como a Arquitetura e o Urbanismo podem participar na reinserção desse grupo de excluídos composto pelos doentes mentais, existe ainda a importância de se recolocar o papel do arquiteto-urbanista dentro do processo de construção do Território, ou ainda, de Territorialização dos Desejos segundo a ótica de Guattari e de Henri Lef'ebvre:

“(...) a racionalidade economicista e produtivista, que procura levar para além de toda a limitação a produção dos produtos (...) suprimindo a obra, esta racionalidade produtivista se oferece como conhecimento, quando na verdade contém um componente ideológico, que valoriza as coações, as que provém dos determinismos existentes, as da produção industrial e do mercado dos produtos, as que provém do seu fetichismo pelo programa. A ideologia faz passar essas coações reais por racionais. Uma tal racionalidade nada tem de inofensivo. O maior perigo que ela encobre provém de que ela pretende dizer e se diz “sintética”. Pretende atingir a “síntese” e formar “homens de síntese” (seja a partir da filosofia, seja a partir de uma ciência, seja enfim a partir de uma “pesquisa interdisciplinar”).(...) temos aí uma ilusão ideológica. Quem tem o direito de síntese?”(LEFÈBVRE,1991 , 82)

O conceito de micropolítica pode ser considerado uma alternativa ao exacerbamento da utilização das ciências parcelares e do racionalismo enquanto método de pesquisa do urbano, incluindo a noção de subjetividade no que se refere à apropriação do espaço urbano. Abrindo uma maior possibilidade da inserção do louco no direito à cidade.

## 6. Bibliografia

CARDOSO, Ruth C. L. (org.) A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1996. 351p.

CHALOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal,

1989. 282p.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1993. 551p.

—————. Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1995. 277p.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 157p.

—————. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974. 315p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Políticas In —————. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986. 327p.

JOSEPH, Isaac. Erving Goffman e a microsociologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 96p.

LEFÈBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Perspectiva, 1991. 145p.

MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

—————. (org.) Desfigurações, a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996. 124p.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A Cidade como um Jogo de Cartas. Niterói: Eduff, 1988. 192p.

—————. (org.) Quando a Rua vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo de um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM, 1981. 152p.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: Um estudo antropológico social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 115p.

Notas:

<sup>1</sup> Segundo CHALOUB “contágio” era considerada a propriedade de certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo e “infecção” se entendia pela “ação exercida na economia por miasmas mórbidos”

<sup>2</sup> Grifo feito pela autora desse estudo

<sup>3</sup> grifos feitos pela autora desse estudo

<sup>4</sup> Segundo este autor, ideologia seriam as idéias que indivíduos de determinados estratos sociais têm a respeito da distribuição do poder dentro da sociedade (VELHO,1973)